

# UM PEDAÇO DE PAISAGEM NO TEJO: O VARADOURO DE PESCA DA CRUZ QUEBRADA

*Luís Martins* \*

Crescimento urbano, fenómenos ecológicos, acção legislativa e política, e o conjunto de mudanças provocado pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia vêm contribuindo para o surgimento de novas percepções dos espaços no estuário do rio Tejo. Originam uma recodificação às escalas local e administrativa que interfere e altera a organização de pequenas actividades baseadas nestas águas e nas suas margens, irrelevantes, quase invisíveis, e à margem da legalidade definida na gestão do país e da União Europeia, mas constituindo uma fonte substancial de rendimentos para muitas famílias. Tomo como exemplo um dos núcleos menores – as “barracas de pescadores” da praia da Cruz Quebrada –, nesta data no início de uma fase importante de mais um processo de mudança.

Os colectivos piscatórios do estuário do rio Tejo têm demonstrado uma assinalável capacidade de adaptação aos problemas ecológicos e administrativos (extinção ou decréscimo de espécies, poluição, urbanização, etc.). Henrique Souto (2001; ver também 1998) identifica três tipos de comunidades ribeirinhas nesta área, diferenciadas pela cultura, região de origem das suas migrações, condicionantes estuarinas mais próximas dos respectivos varadouros ou portinhos, e pressão exercida devido ao crescimento urbano e industrialização: 1) os avieiros<sup>1</sup> na zona dos mouchões, acostando aos portinhos de Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria; 2) as comunidades do Mar da Palha, em Alcochete, Montijo, Barreiro e Seixal; e por fim 3) as do corredor da foz, na Cruz Quebrada, Paço d’Arcos (ambas na margem norte) e Trafaria (margem sul).

Em 2002 completei algumas observações realizadas nos anos anteriores e contei no varadouro de Algés sete a oito barcos cujas tripulações viviam a tempo inteiro da pesca; no de Paço d’Arcos quatro a cinco unidades. No da Cruz Quebrada, de que se falará neste texto, havia naquelas condições duas embarcações de boca aberta, fundo chato, motor fora de bordo, tripuladas por dois pescadores armadores nascidos nos inícios da década de 1980.<sup>2</sup> Herdaram a profissão, barcos e aprestos, dos pais e parentes que acompanha-

\* Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE).

<sup>1</sup> Descendem de pescadores migrantes da Praia da Vieira, integrando alguns descendentes de ilhavs e murtoseiros que se cruzaram com aqueles.

<sup>2</sup> Os meus registos não coincidem com os oficiais, que na mesma data não assinalam a existência de pesca profissional neste porto natural. Henrique Souto (2001) designa-os de pescadores “atípicos”, por exercerem a actividade sem cédula. Não será o caso dos dois que aqui refiro.

vam em tarefas de pesca já na infância. E iniciaram a vida profissional num período em que decorriam acções de apoio à modernização da frota de pesca portuguesa, promovidas pela União Europeia. Nessa altura substituíram os barcos com que operavam e instalaram tecnologia nunca usada neste colectivo – GPS, radar, sonda, sonar –, recorrendo a subsídios para este fim. No ano anterior (2001), devido a dificuldades em encontrar tripulantes, “juntaram” os barcos de que eram armadores, o *Zélis* e o *Aladino*, passando a trabalhar em conjunto, com este último, por ser maior, em zonas do rio “mais por fora”, na captura ao polvo, ou “fora da barra” em alturas de bom tempo. Com o *Zélis* trabalham “junto às pedras”, na pesca do camarão.<sup>3</sup> Henrique Souto (2001) passou por este varadouro em 2000, não tendo nessa ocasião registado pescarias profissionais propriamente ditas, mas sobretudo formas “atípicas” de pescadores (sem cédula, ou praticando uma pesca de lazer). Na margem oposta, a comunidade da Trafaria, estudada por Ramos (2000), tida pelos colectivos da Cruz Quebrada, Algés e Paço d’Arcos como a grande rival na luta pelos espaços (Ramos estima o seu número em pelo menos três dezenas de embarcações), dedica-se exclusivamente ou quase ao emprego da ganchorra para a pesca da amêijoia.

Evoco neste artigo os procedimentos iniciáticos a que Portugal se submeteu aquando da integração na Comunidade Económica Europeia (CEE), e tento aperceber-me das alterações ocorridas na percepção da paisagem, sem pretender traçar relações de causa e efeito, mas simplesmente posicionar lado a lado indicadores de mudança neste pequeno núcleo. A construção da paisagem é tomada como signo de experiências políticas, locais e autárquicas, mas também de gestão governamental das pescas. Apesar das profundas alterações verificadas, a entrada na CEE não constituiu um acontecimento fundador de práticas jurídicas e ecológicas consensuais entre classes piscatórias, organismos de defesa do ambiente e estado. E neste aspecto julgo ser possível tomar a construção e percepção da paisagem como indicadores, entre outros, das condições em que são aplicados os programas de desenvolvimento numa dada área.

As experiências de “paisagem” completam-se com as representações e histórias populares e eruditas que atravessam os lugares. Essas práticas são mais comuns nas culturas da Europa pré-moderna e nas culturas “não ocidentais” em geral, do que nas do Ocidente contemporâneo, o qual transformou tais experiências num conceito de crítica política, de apreciação ecológica ou ambiental (Barbara Bender 1995: 1-2; ver também Susanne Kücher 1995: 85-6). Simon Schama (1995: 6-7, 13) parece contrariar este ponto de vista,

<sup>3</sup> O *Aladino* tem licença para aparelhos de anzol, covos, galricho, e piteira ou toneira – feita de pau das sebes ou rebentos de oliveira e em geral doze anzóis. O *Zélis* tem licenças para as mesmas artes, mais arrastão de vara para linguados, rede de emalhar para a corvina e tresmalho para o choco.

vendo nas referidas experiências um modo mental de celebrar as marcas da cultura “na ecologia da terra”, por meio de uma “topografia inanimada de agentes históricos”. Isto é, o Ocidente cultiva-as ainda, embora seguindo uma matriz política e ideológica. Lembro uma afirmação equivalente de Oscar Wilde (2001 [1889]), sendo contudo distintos os seus propósitos, em *O Declínio da Mentira*, quando diz não ter o mundo natural significado, beleza ou desígnios por si, sendo-lhe atribuídos tais predicados pelo olhar humano. Parece-me ser este o sentido dado por Kücher (1995) à função de *aide-mémoire*<sup>4</sup> da pintura e literatura de paisagem renascentistas, ou pelo arqueólogo Christopher Tilley (1995: 81-2) relativamente às construções megalíticas, localizadas em sítios de onde se pode fazer um reconhecimento amplo dos espaços envolventes, que de outro modo permaneceriam incógnitos. Por isso elas também contribuíam para a reprodução das relações de poder por via dos rituais aí efectuados. Este interesse da arqueologia estende-se aos materiais, de que falam, por exemplo, Chris Fowler e Vicki Cummings (2003: 1-20) ao abordarem o “uso cultural da paisagem do Mar da Irlanda” e as ligações metafóricas entre a água e a pedra associadas a estes vestígios. Lembro ainda que o estudo de Kücher (1995: 96-7) atribui uma acção mnemónica às esculturas Malangan no espaço social da povoação e da casa.

Este conceito de paisagem como construção mental liga-se bem às noções de ecossistema e meio ambiente (ver *environment* em Herskovits 1949, citado em Hultkrantz 1960: 102-103; também Lees e Bates 1990: 252 e, na mesma colectânea, John Bennett 1990): as representações dos “traços físicos” e dos “traços geográficos” de uma região são operações que classificam os “actos da natureza” e as relações do homem com o mundo. Isto é, à medida da sugestão de Rappaport (1990), a categoria de ecossistema é um conceito “bom para pensar” as questões ambientais enquanto questões humanas e técnicas. Os “lugares de deleite” e de “tragédia ecológica”, na expressão de Simon Schama (1995: 18-19), podem ser tanto os criados pela natureza como os planeados ou provocados pelo homem, sendo o ecossistema, em ambos os casos, o signo da responsabilidade humana na gestão ambiental. Por isso, sugerirá Bennett (1990), são mais relevantes na gestão ambiental a história e a política do que os modelos biológicos. As palavras de Simon Schama são elucidativas deste ponto de vista – o exercício político ganha uma aura “mítica” e “uma dedicação mais pura e descomprometida” quando estão em causa a “morte da natureza” e “imperativos ambientais” (cf. Schama 1995).

A expressão “desenvolvimento sustentável”, muito usada nos textos de teoria económica, surge-me como a face apolínea, ordenada, de uma visão que tem o seu contraste nos discursos de exaltação dionisíaca e simbólica da maioria dos autores referidos (nomeadamente Simon Schama). Mas será que

---

<sup>4</sup> Auxiliar de memória, em francês no original.

os propósitos de preservação do ambiente devem conjugar inevitavelmente tradição e modernidade, produtividade em pequena e grande escala? Cowen e Shenton, numa reflexão extensiva sobre estas interrogações (por exemplo, 1996: 376-377, 467-468), parecem inclinar-se para a defesa da diversidade cultural, incluindo o que designam como artesanato e pequena produção, enquanto factores de um desenvolvimento social e ecologicamente equilibrado. Gostava de manter suspensa esta ideia nas anotações que se seguem.

### **Iniciação das pescas portuguesas à Comunidade Económica Europeia**

O pedido de adesão de Portugal à CEE ocorre em 1977, iniciando-se então um ciclo de reuniões da Comissão Mista (formada por representantes da Assembleia da República e da Comissão Europeia), à qual coube definir as condições que o nosso país deveria respeitar para ser aceite. Em termos sintéticos, a frota de pesca era tida por pouco produtiva e empregando sistemas ultrapassados, o que seria evidente nos acréscimos relativos de que beneficiava a comunidade com a sua entrada: para uma elevação de 17% do conjunto de navios e 27% de pescadores, cresciam as capturas em 6,2% e o valor do produto em 7,6%. Estas unidades deviam ser substituídas por navios novos e aparelhos modernos, prevendo-se para isso programas de financiamentos do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Uma primeira avaliação de fundo sobre a execução das medidas decorreria antes do final de 1982, após “períodos de transição” estabelecidos pela comissão para o pretendente à “família europeia” interiorizar o espírito e a prática comunitárias,<sup>5</sup> isto é, admitir como princípio consciente das suas normas de estado a condição social e filosofia política que faz da concorrência entre agentes económicos o principal factor de progresso. Portugal aceitava que o “atraso” da sua frota de pesca se devia em parte a práticas polutoras deste ideal, e por isso devia depurar a interferência estatal no mercado, pondo fim aos procedimentos de controlo dos preços e de estabilização dos circuitos mercantis por meio da compra de produtos congelados.

Em 1982, já depois de disponibilizadas verbas anuais pelo Conselho Europeu para projectos de desenvolvimento, em redor de 83% dos barcos registados nas capitánias tinham menos de nove metros de fora a fora e destinavam-se à pesca costeira.<sup>6</sup> Desempenhavam um papel descentralizador no

<sup>5</sup> Na linguagem jurídica do texto francês, *l'acquis communautaire*.

<sup>6</sup> Segue-se aqui a classificação do Decreto Regulamentar n.º 3 de 28 de Janeiro de 1989, o qual define três tipos de pesca: local, costeira e do largo. Na primeira incluem-se embarcações até 9 m de “comprimento de fora a fora” (distância da proa à popa entre os pontos mais salientes) e até 2500 de “tonelagem bruta”, actuando na área da jurisdição da capitania do porto de registo e nas limítrofes, podendo afastar-se às seis milhas náuticas da costa se tiverem convés fechado. Na pesca costeira são abrangidas as unidades de “comprimento de fora a fora” dos 9 aos 33 m, e um raio de acção até às 200 milhas náuticas (artigo 64.º). Por fim, na do largo (onde se pode distinguir a longínqua e a do alto), os navios têm mais de 100 “toneladas de arqueação” e autonomia mínima de 15 dias de viagem, actuando a partir das 12 milhas náuticas da costa portuguesa, ou ao alinhamento dos Cabos Raso, Espichel e Sines (artigo 65.º).

aprovisionamento de peixe fresco dos mercados litorais, com cerca de 25% das capturas totais, gerando também um importante mercado de emprego em áreas, muitas vezes, fracamente desenvolvidas. No ano seguinte, a Política de Pescas Comum estabelecia entre os seus princípios o controlo de capturas das espécies em risco por meio da imposição anual de limites (TAC),<sup>7</sup> sua redistribuição pelos países e barcos das pescas (ITQ – *Individual Transferable Quotas*), organização do mercado através de apoios às organizações de produtores fundadas até 1987.<sup>8</sup> A decisão considerada mais relevante seria a reforma dos “preços de orientação” no mercado interno, o que se compreende, pois os produtores ficavam com informações acerca das tendências do mercado e podiam optar sobre volumes de captura, evitando situações excedentárias.

Após a aplicação do terceiro Programa de Orientação Plurianual (POP III, 1993-1996), os relatórios descreviam ainda a nossa frota em termos onde predominavam os predcados de artesanal, excesso de pequenas embarcações em madeira (a maioria de boca aberta), muitas delas envelhecidas e desajustadas, diferenças visíveis de actividade e tecnologia de captura entre zonas (cerca de 86% das unidades eram pequenas embarcações da faina local, que pescavam 13% da tonelagem e tinham 22% da potência propulsora). Também se considerava excessivo o número de comunidades litorâneas ligadas à pesca, apesar de naquele intervalo de tempo se ter verificado um decréscimo de 29% em embarcações, 39% em toneladas de arqueação bruta (TAB) e 21% em potência propulsora. A pesca local continuava muito heterogénea e limitada no raio de acção, operando em águas interiores e na orla marítima junto à costa, durante períodos curtos e ritmos sazonais. Capturava, porém, espécies demersais de alto valor comercial e gerava postos de trabalho, muitas vezes em zonas onde seria praticamente o único empregador.

A transfiguração, que referirei, do pequeno colectivo piscatório da Cruz Quebrada, só numa parte mínima se deverá directamente aos fundos comunitários. Nem mesmo se podem sugerir benefícios recolhidos da reestruturação do mercado com as organizações de produtores. Não se formou nenhuma no estuário do Tejo, existindo somente a Associação de Armadores e Pescadores de Cascais e a Cooperativa União Piscatória Aldegalense, ambas sem o estatuto e os benefícios das organizações de produtores. Os profissionais aqui identificados, e naturalmente os pescadores “atípicos” deste vara-

---

<sup>7</sup> TAC é um acrónimo de *Total Allowable Catch* – máximo permitido de capturas. No fundo, tratava-se de partilhar, pela frota comunitária do Atlântico, as espécies em trânsito ou domiciliadas entre as 12 e 200 milhas náuticas (dado que até às doze milhas cada país podia impor uma “zona de respeito” exclusiva aos seus nacionais).

<sup>8</sup> As organizações de produtores são as únicas organizações de classe reconhecidas pela CEE para questões relativas à vendagem do peixe, consultas e encaminhamento de subsídios e empréstimos. Havia setenta destas organizações e duas associações em 1970, comercializando cerca de 70% da produção da CEE. No quadro da legislação comunitária elas constituem uma excepção legal aos princípios da livre concorrência e detêm um papel fulcral na estrutura da organização do mercado dos produtos da pesca. É por seu intermédio que as medidas de apoio são executadas.

douro (tal como os de Algés e Paço d'Arcos), não se encontram inscritos naquela associação. Será uma opção consciente, se pensarmos que os da Cruz Quebrada parecem encontrar-se mais à vontade nos relacionamentos com pescadores do porto de Peniche, por exemplo. Serão motivos adicionais a competição e rivalidade, hábitos de reserva perante os do mesmo ofício, e uma esmagadora percentagem de pescadores estuarinos em situação extra-legal (ver Ramos 2000 e Souto 2001). Mas é igualmente uma razão o sentimento de que os processos associativos, à sua escala de produção e com a amplitude do conhecimento ecológico exigido – o Tejo a jusante da ponte 25 de Abril –, são desnecessários.

### **A paisagem no rio: representações da “circulação” e “respiração” do rio**

As marés e as correntes de água são para os pescadores a respiração e o sistema circulatório do rio. Este respira em períodos semanais de “águas grandes” e “águas pequenas”. As últimas, cujo limite superior colocam nos 2,90 a 3 m, três metros, são mais calmas e “não correm muito”, proporcionando melhores pescas. Nas “águas grandes”, acima dos três metros, torna-se muito difícil trabalhar, pois “já levam muita força”. Nessas fases “só se pesca no pinguinho da maré”, entre o fim da enchente e o início da descida da maré. Antes e depois dessa viragem as águas puxam as bóias para baixo da superfície:

Esta semana já estão as marés a subir. As águas começam a subir... vão até aos 4,20 m... As águas acima dos 3 m ganham muita força, a meio rio aquilo leva muita força, e a maior parte do tempo as bóias não são visíveis. Nas alturas de mudança de marés, quando a água começa a parar, é engraçado, começa-se a ver tudo bóias, as bóias todas a aparecer.

Reconhece-se a existência de uma relação entre os ciclos lunares e as marés, mas ela não está racionalizada por nenhum pescador com quem falei, seguindo todos a Tabela de Marés do Instituto Hidrográfico. Quando, por causa das chuvas ou descargas das barragens, os “hábitos de respiração” do rio manifestam irregularidades relativamente àquela tabela, levantam-se contrariedades quase insuperáveis e o trabalho torna-se penoso – “a água chega a pontos que, por cima, está a correr numa direcção, por exemplo, à vazante, e por baixo está-nos a correr à enchente”.

São sete as correntes que formam o sistema circulatório do rio. Vê-se que a sua localização se limita ao perímetro dentro do qual estes profissionais trabalham e circulam de barco, a jusante da ponte 25 de Abril até à saída da Barra (no Bugio), e entre as duas margens, acentuadamente num

corredor mais chegado à margem direita, entre a Torre de Belém e Carcavelos. Não se trata de divisões físicas:

Mas em termos mentais considera-se que da Docapesca, da ponte para montante, já nós consideramos outro sítio. Porque não trabalhamos ali. E depois tudo vai dos sítios onde se trabalha. E dos sítios que se conhece. Por exemplo, para cima não conhecemos nada. E então dizemos: Eh pá, isto é lá para cima para o rio. Ali da Docapesca para oeste, até ali a Carcavelos, e depois cá para fora, nós conhecemos. E lá para cima não. Tanto que já nem arriscamos a ir pescar lá.

Estas correntes permitem em certas circunstâncias maiores velocidades com uma economia de combustível, tudo dependendo da altura da maré:

tentamos ir buscar essas correntes para sair com dois a três nós a mais de velocidade sem puxar tanto pelo motor. Esta é uma prática corrente no rio aquando das “águas de vazia”. Da Cruz Quebrada a Paço d’Arcos segue-se uma corrente, e é bem identificada quando se sai para trabalhar fora da barra. À saída da doca, seguindo pelo meio do rio, procura-se aí “onde a água leva força”, e ruma-se até Paço d’Arcos, onde se inflecte para terra. Caso se queira sair a barra, apanha-se a corrente junto à bóia amarela, e depois frente ao INATEL, na “zona da piscina oceânica”, apanha-se outra corrente até à “água da barra”. Chegando aqui “a água pára, parece que o rio encontrou o pleno, o mar. A força dele perdeu-se ali toda.

A identificação destas correntes do Tejo – um fenómeno claramente localizado entre os pescadores da margem direita e dos fundeadouros de Algés a Carcavelos – não sugere hierarquias de importância. Uma primeira corrente situa-se entre a Trafaria, Cova do Vapor e Gulada e é hoje em dia menos pronunciada devido à erosão sofrida por esta língua de areia nos últimos anos. Com a sua força antiga fazia-se muito difícil a passagem da Cova do Vapor para dentro, “pois a água de vazia leva ali uma força excepcional”. Há depois um conjunto de correntes desconstruídas, muito fortes pelo facto de o fundo formar nesse sítio uma depressão, frente ao Dafundo, num ponto de onde se vêem três prédios altos, antigos, e se faz o enfiamento<sup>9</sup> do segundo pilar da ponte com a ponta da Torre de Belém. Nesse fundo depositam-se, trazidos pelas águas, grande variedade de lixos e lodos – “todo aquele lixo que é lançado no rio, aparece tudo ali naquele sítio”. E seiscentos metros a montante do rio “já se apanha tudo limpinho”. Descobriram estes aspectos da vida do rio uma ocasião em que lá foram pescar, porque viram que um outro barco

---

<sup>9</sup> Os “enfiamentos” constituem o sistema tradicional de localização marítima e dos fundos marítimos das companhias de pesca artesanal, que operam à vista da costa. Basicamente, trata-se de fazer alinhamentos entre dois pontos situados, um deles mais junto ao litoral, e o outro mais afastado. Constituem objectos de alinhamento as construções, árvores que se destacam, eventualmente caminhos situados em elevações, montanhas, etc.

“se estava a safar”, chegando à doca com muito polvo, e resolveram experimentar: “o polvo andava ali no meio daqueles entulhos todos”, um fundo onde também se perde muito material por causa do “peguilho”.<sup>10</sup>

Uma terceira e uma quarta correntes manifestam-se, respectivamente, a montante da Cruz Quebrada e frente a Paço d’Arcos, junto a uma bóia amarela, “onde também a água tem muita força”. Frente à Torre de Belém faz-se sentir um choque de águas muito forte, talvez provocado pelo fundo rochoso e pela laje<sup>11</sup> aí existente – “com águas grandes chega-se a ver, num espaço de dez metros, dez metros à frente a água a correr para um lado. Atrás está a correr para outro. Depois quanto mais andarmos, mais vemos os sentidos desconstruídos” –, formando um sítio bom “para trabalhar ao safio”.

As duas últimas correntes, ou locais de movimento desconstruído de águas, são uma confluência causadora de muito “rebolço” numa área de cinquenta metros frente à Docapesca, atrapalhando a entrada e saída dos barcos – “que para entrar leva-se ali mais porrada que lá fora” – e a corrente da entrada da barra.

## **Pesca e sociabilidade no varadouro e praia da Cruz Quebrada**

Descrevi, muito brevemente, uma das faces do universo de representações destes profissionais: o da água. Falo agora na organização das pescarias, nas barracas da praia e varadouro, lugares de barcos, artes de pesca e convívio. Sobre estes espaços pode-se falar de mudanças nas relações entre os seus utilizadores, ou na perspectiva do usufruto do rio para a actividade piscatória, ou ainda do ponto de vista da coesão dos que usufruem da praia.

### *A pesca*

O passado próximo – inícios dos anos 90 – é descrito como abundante em peixe. Uma “comunidade grande”, “de muitas pessoas”, todas elas com barcos, servia-se das águas do rio sem impedimentos. Argumenta-se que era indiferente “ter ou não ter” licenças de barcos e aparelhos de pesca, sobretudo porque as autoridades davam mostras de grande largueza de atitudes. Do ponto de vista da utilização de tecnologias não tenho dados para afirmar ter-se caído em absurdos, usando aparelhos inconvenientes para as espécies do estuário. Mas na perspectiva da quantidade, do número de artes empregues, há evidentes sinais de excessos. Num dos pontos de pesca mais procurado,

<sup>10</sup> Rochedos ou outros objectos (barcos naufragados, por exemplo) no fundo do mar ou rio.

<sup>11</sup> Uma laje é geralmente para os profissionais da pesca uma extensão de fundo rochoso que sobe (formando uma zona de menor profundidade), e cuja superfície é plana.



a Ilha Verde, entre a Ponte dos Turcos, junto à curva do Mónaco, e a Cruz Quebrada, lançar-se-iam, simultaneamente, mais de mil covos.<sup>12</sup>

No entanto, é sobre os chamados “novos pescadores” que cai presentemente o ónus do empobrecimento das águas e, sobretudo, o aparecimento de atitudes desrespeitosas dos usos e normas comuns ao pescador tradicional. Eles surgem no final da década de 1980, proprietários de barcos bem apetrechados:

Hoje em dia apareceu ali muita gente. Quando houve estes apoios todos para comprar barcos, e não sei quê, houve muita malta que se meteu nisto da pesca. E este é o chamado novo pescador. Porque é uma pessoa que não tem tradição. Trabalhava numa pedreira. Arranjou umas massas. Comprou umas licenças de um barco. Foi tirar a cédula. Entretanto, há uns anos atrás davam 60% para construir barcos, e ele pimba, arranjou um barco igual ao meu, bom. O barco dele está todo equipado. Com benefícios ainda maiores do que os meus. Embora tenhamos alguma tradição naquilo, porque já há muitos anos andamos ali, e somos conhecidos, ele não. Aterrou ali. Mas isso não interessa. Ele teve 60% de apoios de fundos comunitários. Nós tivemos 40%. Ele equipou o dele com radar, com GPS, com sondas a cores... Nós já tivemos que cortar isso um bocadinho, e a pouco e pouco é que vamos equipando o barco.

Os tempos de prosperidade prolongar-se-iam por mais uma década, “porque a navalheira era pior que praga, as fanecas vinham aos cinco e seis quilos em cada galricho, a santola era tanta que a caminho da doca se escolhiam as cheias, e deitavam-se ao mar as outras”. Só hoje se consegue apreciar a excepção que constituíram aqueles tempos. Em 2001 um dos barcos do estuário teria períodos prolongados de boas pescas de douradas, empregando todavia redes de dimensões proibidas dentro do rio, muito altas, de sete braças entre a tralha das bóias e a tralha dos chumbos. Compensava o risco, de algum modo calculado, visto que os aparelhos eram lançados e alados a horas a que se sabia estar a Polícia Marítima recolhida.

Mas tudo isto representará já uma luta num rio que, porventura com menos gente a laborar nas suas águas que no passado, se tornou porém muito pequeno:

Parece que é grande. Mas não é. Se não largar ali já estou perdido. Porque já me vai complicar aquilo tudo. Não sei onde é que vou largar. Mais à terra já há outros a trabalhar. À frente estão outros. E aquele sítio foi o que eu escolhi primeiro. E a gente faz uns ajustezinhos, ou mais para fora, ou mais para a frente, mas pouca coisa. Não podemos alterar da maneira como ele me obrigou hoje a fazer.

---

<sup>12</sup> Os covos são armadilhas de pesca lançadas presentemente em caça ou caceia (em conjuntos de trinta, no caso das companhas descritas), e são feitos de uma estrutura de ferro e de uma rede de material sintético. Numa descrição brevíssima: possuem uma abertura, por onde entra a presa atraída pelo engodo, e uma “porta”, através da qual o pescador retira as capturas.

### *A “Cruz Quebrada”: as barracas dos pescadores*

As barracas nasceram alinhadas na praia, encostadas à muralha formada pela plataforma da estação de comboios do lado do rio e, diz-se, mas não consegui uma confirmação, na altura em que decorriam as obras de construção do Estádio Nacional. Situavam-se em talhões, concessionados pela Capitania do Porto de Lisboa aos proprietários dos barcos para aí depositarem as suas artes. Algumas já não cumprem as funções iniciais, ou acumulam outras, como a de lugares de lazer e casas de habitação. Há ainda um bar. A primeira barraca a contar do afluente que nesse ponto desagua no Tejo pertence a um dos pescadores profissionais aqui referido. A segunda era propriedade de um antigo profissional das pescas, de nome Américo, armador de duas embarcações de boca aberta. Reformou-se, vendeu-as, assim como a barraca. A terceira casa é do outro profissional aqui referido. Segue-se, na mesma ordem, o bar, que antes pertencia a uma pessoa de nome Silvestre:

A Cruz Quebrada, antigamente, posso dizer que me dava prazer ir para ali. Era tipo uma família. A praia antigamente era engraçada. As pessoas tinham gosto nas casas. Eu lembro-me ali de casas, de um Lafaete, de um Teodoro, de um Chico. Entrava-se nas casas deles, e aquilo era tudo pintadinho. Tudo ajardinado com flores. Eram casas de praia. Malta que andava entretida à pesca naquele sistema. Antigamente não havia licenças, e toda a gente pescava. E aquilo era tudo cheio de casinhas. Mas arranjado. A areia era crivada todos os dias à mão, com crivos grandes. Havia pessoas que iam para lá voluntariamente – o meu avô, o pai do meu pai, depois do trabalho. Eles tinham gosto na praia.

Em que medida o desinteresse das actuais gerações de herdeiros terá contribuído para o declínio da organização da praia da Cruz Quebrada não é fácil inferir. Entre outras causas, indicaria as consequências do desgaste da língua de areia da Gulada, que expôs a praia e as barracas ao impacte das ondas. Para proteger as construções e os barcos varados os proprietários têm erguido barreiras, em tábuas de madeira, travessas dos carris dos comboios, painéis de folheta de alumínio retirados das obras, etc. Para os descendentes dos pescadores profissionais, dos pescadores desportivos, ou dos “atípicos” antigos, “aquilo desapareceu tudo”, porque uns morreram e os familiares vão vendendo. E os novos utilizadores “não se identificam com aquilo” – não limpam a praia, não cuidam das barracas e do espaço em volta. Algumas destas já terão sido “vendidas” duas a três vezes – “a praia da Cruz Quebrada já não tem nada a ver. Esses velhos todos é que davam o espírito”.

### **Epílogo**

Em Abril de 2003, ao fazer um novo contacto com os pescadores da praia da Cruz Quebrada a fim de fechar este texto, o Francisco Xavier, armador pes-

gador proprietário do *Aladino*, já não estava associado ao José Luís. Este fora aconselhado pelos médicos a abandonar os embarques e os trabalhos de pesca, pois tinha sido operado ao coração e devia evitar esforços físicos exigentes. Das cerca de dezasseis “barracas de pescadores” que contei em 2002, uma tinha sido derrubada devido a obras realizadas pela Câmara Municipal na muralha adjacente à plataforma da estação. As restantes sê-lo-ão quando os trabalhos planeados pelo município, e neste momento ainda na zona de Algés, chegarem àquela praia. Actualmente só uma das barracas pertence a alguém a viver em exclusivo da pesca. Entretanto o Francisco Xavier, depois de quatro tentativas frustradas para arranjar um companheiro que satisfizesse os seus critérios de empenhamento no trabalho, anda agora com um pescador de Paço d’Arcos (dono de uma embarcação em comandita com pai e irmãos, mas desentendido com estes por uma questão de herança relativa àquela).

Na aparência, a praia da Cruz Quebrada, ou apenas a Cruz Quebrada, como a designam os seus habitantes tomando a parte pelo todo, atingiu o final de um ciclo de desenvolvimento. Porém, a prática da pesca a partir deste varadouro continuará, respondem os pescadores “atípicos” (de lazer, sazonais, desportivos), e o profissional (Francisco Xavier), quando interrogados sobre as soluções a adoptar para barcos e artes. Dizem que as suas actividades não levantam problemas no estuário, nem ao nível dos aparelhos de captura usados, nem quanto às espécies que pescam. Consideram-se, pelo contrário, “habitantes das margens”, “gente do rio”, que lhe dá a “vida mais saudável”.

## BIBLIOGRAFIA

- BENDER, Barbara, 1995, “Introduction: Landscape – Meaning and Action”, Barbara BENDER, (org.), *Landscape: Politics and Perspectives*, Providence, Oxford, Berg, 1-17.
- BENNETT, John W., 1990, “Ecosystems, Environmentalism, Resource Conservation, and Anthropological Research”, Emilio F. MORAN, (org.), *Ecosystem Approach in Anthropology: from Concept to Practice*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 435-457.
- COWEN, M. P., e R. W. SHENTON, 1996, *Doctrines of Development*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- FOWLER, Chris, e Vicki CUMMINGS, 2003, “Places of Transformation: Building Monuments from Water and Stone in the Neolithics of the Irish Sea”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n.s., 9, 1-20.
- HERSKOVITS, Melville J., 1949, *Man and His Works: the Science of Cultural Anthropology*, Nova Iorque, Knopf.
- HULTKRANTZ, Åke (org.), 1960, *International Dictionary of Regional European Ethnology and Folklore: General Ethnological Concepts*, vol. I, Copenhaga, Rosenkilde & Bagger.
- KÜCHER, Susanne, 1995, “Landscape as Memory: the Mapping of Process and its Representation in a Melanesian Society”, Barbara BENDER (org.), *Landscape: Politics and Perspectives*, Providence, Oxford, Berg, 85-106.
- LEES, Susan M., e Daniel G. BATES, 1990, “The Ecology of Cumulative Change”, “Ecosystems, Populations and People”, Emilio F. MORAN (org.), *Ecosystem Approach in Anthropology: from Concept to Practice*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 247-277.
- RAMOS, Henrique, 2000, “El Tajo, un Gran ‘Caladero’ de Almeja”, *Europa Azul*, 60, 40-42.
- RAPPAPORT, Roy A., 1990, “Ecosystems, Populations and People”, Emilio F. MORAN (org.), *Ecosystem Approach in Anthropology: from Concept to Practice*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 41-72.
- SCHAMA, Simon, 1995, *Landscape and Memory*, Londres, Fontana Press, Harper-Collins Publishers.

- SOUTO, Henrique, 1998, *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa: Estudo Geográfico*, Lisboa, FCSH-UNL, dissertação de doutoramento em geografia e planeamento regional.
- , 2001, "A 'Decadência' da Pesca nos Estuários Portugueses: o Estuário do Tejo", comunicação apresentada ao "Encontro de Culturas Ribeirinhas", Moita, Setembro, inédito.
- TILLEY, Christopher, 1995, "Art, Architecture, Landscape (Neolithic Sweden)", Barbara BENDER (org.), *Landscape: Politics and Perspectives*, Providence, Oxford, Berg, 49-84.
- WILDE, Oscar, 2001 [1889], *O Declínio da Mentira*, Lisboa, Passagens.